

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE**

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-932-5

DOI 10.22533/at.ed.325212503

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, inúmeros ataques a Educação brasileira; investidas que têm ocasionado retrocessos. O contexto pandêmico alimentou essa crise que já existia, escancarando o quanto a Educação no Brasil acaba sendo uma reprodutora de desigualdades. As interferências externas e investidas do mercado tentam, a todo custo, subordinar a Educação e atividade docente a uma lógica neoliberal de produção (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, precisamos nos mobilizar e a **indignação** e **esperança** configuram-se como duas categorias importantes nesse processo.

Diante desse cenário, como dissemos, de muitos retrocessos, negacionismo e investidas neoliberais, não podemos nos furtar do debate político e social, tão importante nesse momento que vivemos destrato a Educação, sucateamento do trabalho docente e exclusão de estudantes, por exemplo. Como nos alertou Freire (2004, p. 28), para além de ensinar com rigorosidade metódica a sua disciplina, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Precisamos considerar esses elementos sociais e políticos necessários no movimento de formar cidadãos indignados e esperançosos que desconstruam os discursos fatalistas.

É nessa direção que o volume de “**O Campo Teórico-metodológico-epistemológico da Educação no Fomento da Questão Política da Atualidade**”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e do (re)pensar o campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente. Este livro reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados e regiões e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, democracia, humanização, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, avaliação entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse volume são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos uma produtiva, indignante e esperançosa leitura!

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DECOLONIZACIÓN DEL PENSAMIENTO. ALTERNATIVAS PARA LA CONSTITUCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD	
Jorge Hernán Betancourt-Cadavid	
Luis Fernando Garcés Giraldo	
Juan Esteban Alzate Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.3252125031	
CAPÍTULO 2	14
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E DIREITO À EDUCAÇÃO EM TESES DE DOUTORADO	
Laélia Portela Moreira	
Elizabeth da Silva Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.3252125032	
CAPÍTULO 3	21
EDUCAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS	
Rodolfo Augusto Rodrigues	
Rosineide de Andrade Rocha	
Jane Aparecida Meneguelli Nery	
Fernanda Campos do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.3252125033	
CAPÍTULO 4	35
A UTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS EM SALA DE AULA PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E O PROTAGONISMO DO EDUCANDO	
Joseane de Brito Bezerra Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.3252125034	
CAPÍTULO 5	44
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ESCOLA E FORMAÇÃO DOCENTE – A INFLUENCIA DO PENTECOSTALISMO NO PRECONCEITO RACIAL E RELIGIOSO ESCOLAR	
Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3252125035	
CAPÍTULO 6	57
ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR	
Adelson Pereira de Sousa	
Maria Selma Cavalcante de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3252125036	
CAPÍTULO 7	76
DOS LIVROS AS LEIS: O RACISMO E SUAS MÚLTIPLAS FACES NA EDUCAÇÃO	
Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Rosana Andrade de Jesus
DOI 10.22533/at.ed.3252125037

CAPÍTULO 8..... 87

A VISÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias
Poliana Campos Côrtes Luna
Liliane Barreto Alves
Moniki Aguiar Mozzer Denucci
Daniele Fernandes Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.3252125038

CAPÍTULO 9..... 99

AS VIVÊNCIAS DE UMA CRIANÇA COM DISLEXIA NOS ANOS 70

Clariane do Nascimento de Freitas
Ana Carolina Michelin Silveira
Fabiane Adela Tonetto Costas

DOI 10.22533/at.ed.3252125039

CAPÍTULO 10..... 105

A SELEÇÃO, A AVALIAÇÃO E A RETOMADA DOS CONTEÚDOS NA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES DA PRÁXIS DOCENTE PARA O TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO – PREPARATÓRIO PARA O ENEM

Lidiane Cossetin Alves
Saliza Menegat

DOI 10.22533/at.ed.32521250310

CAPÍTULO 11..... 118

A MUSICALIZAÇÃO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Bruna Bittencourt Carvalho
Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.32521250311

CAPÍTULO 12..... 131

AFETIVIDADE COMO MEDIADORA DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E AS RESSONÂNCIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA WALLONIANA

Ricardo Francelino
Alonso Bezerra de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.32521250312

CAPÍTULO 13..... 144

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Francinne Gonzalez Andrioni

Marina Lemos Villardi

DOI 10.22533/at.ed.32521250313

CAPÍTULO 14..... 151

ENSINO DE QUÍMICA PARA SURDOS: ELABORAÇÃO DE UM SINALÁRIO COM TERMOS EM LIBRAS

Alice Menezes Pessoa

Karolyn Rabech Silva Simão

Lorena Melo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.32521250314

CAPÍTULO 15..... 160

TRABALHOS ACADÊMICOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DE UMA CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA

Mariana Cordeiro Gadanha

Sandra Helena de Souza

Irvina Leite de Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.32521250315

CAPÍTULO 16..... 166

A PERCEPÇÃO DOS NATIVOS DIGITAIS SOBRE AS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

Licie Stintia Fresta Lopes

Dayse Cristine Dantas Brito Neri de Souza

DOI 10.22533/at.ed.32521250316

CAPÍTULO 17..... 173

OS PONTEIROS DA INFÂNCIA NO RELÓGIO DE UMA ESCOLA DE CRIANÇAS EM URUÇUI

Vanessa Oliveira Silva

Denise Hosana de Sousa Moreira

Pedro Martinho Sobrinho Mendonça

Dariane de Sousa Moraes

DOI 10.22533/at.ed.32521250317

CAPÍTULO 18..... 183

O CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOCENTE

Letícia Ramalho Brittes

Cléber Lixinski de Lima

DOI 10.22533/at.ed.32521250318

CAPÍTULO 19..... 195

CIÊNCIAS DA NATUREZA NO ENSINO MÉDIO: A BNCC E A REFORMULAÇÃO CURRICULAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS

Carlos Henrique Araújo de Oliveira

Sara Souza Pereira

Siquele Roseane de Carvalho Campêlo

DOI 10.22533/at.ed.32521250319

CAPÍTULO 20	206
EDUCAÇÃO MUSICAL NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE/RS: UMA PESQUISA DOCUMENTAL Cristina Rolim Wolffenbüttel DOI 10.22533/at.ed.32521250320	
CAPÍTULO 21	214
A INFLUÊNCIA DOS CONTOS DE FADAS NA CONSTRUÇÃO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA Géssica de Sousa Macedo DOI 10.22533/at.ed.32521250321	
CAPÍTULO 22	225
OFICINAS DE BIBLIODRAMA EM FAVOR DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL HUMANA Linda Siokmey Tjhio Cesar Pestana DOI 10.22533/at.ed.32521250322	
CAPÍTULO 23	235
ESCOLAS MILITARIZADAS: GESTÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA Magalis Bêsser Dorneles Schneider DOI 10.22533/at.ed.32521250323	
CAPÍTULO 24	244
O POLO UAB CUIABÁ E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EAD NO ESTADO DE MATO GROSSO Elizabeth Regina Rossetto Carlos Alberto Caetano Márlon Zambotto de Lima DOI 10.22533/at.ed.32521250324	
CAPÍTULO 25	255
REVISÃO E REELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP, DA ESCOLA MUNICIPAL EMÍDIO CORREIA DE OLIVEIRA SÃO JOÃO - PERNAMBUCO Roberto da Silva DOI 10.22533/at.ed.32521250325	
SOBRE O ORGANIZADOR	266
ÍNDICE REMISSIVO	267

CAPÍTULO 7

DOS LIVROS AS LEIS: O RACISMO E SUAS MÚLTIPLAS FACES NA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 21/01/2021

Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma

Universidade Federal da Grande Dourados
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) campus de Três Lagoas. Membro do Grupo de pesquisa GEPETIC; Líder do Grupo de pesquisa, coordenadora do projeto de pesquisa, coordenadora do projeto de extensão <http://lattes.cnpq.br/5758632548451560>

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Coxim. Membro do Grupo de pesquisa Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI/ UNESCO); Membro do Laboratório de ensino de História e Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Coxim <http://lattes.cnpq.br/8622266981151373>

Rosana Andrade de Jesus

Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
Rede Estadual de Ensino da Bahia <http://lattes.cnpq.br/3871140522449138>

RESUMO: O artigo intitulado: “Dos livros as leis: o racismo e suas múltiplas faces na educação” é fruto de reflexões realizadas ao longo da trajetória acadêmica e docente dos autores envolvidos acerca da relação entre a educação e o racismo em diferentes espaços sociais. No

tocante específico a este breve texto, buscamos trazer algumas discussões quanto ao racismo impetrado ao longo da dinâmica histórica do Brasil tendo como foco o que vem sendo gerado no campo institucional. A metodologia empregada deve-se às pesquisas bibliográficas e documentais com análises legislativas. Tendo como premissa a revisão bibliográfica, buscou-se analisar a evolução histórica da população negra no Brasil, bem como refletir sobre o racismo estruturante e ações afirmativas como um dos meios para dar igualdade de condições em uma sociedade discriminatória e excludente. Dessa forma, o intuito, além de contribuir com novos olhares sobre o tema, é permitir uma análise ampla e observar os impactos gerados pelas diferentes leis referentes ao racismo no país.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. História. Educação.

FROM BOOKS TO LAWS: RACISM AND ITS MULTIPLE FACES IN EDUCATION

ABSTRACT: The article entitled: “From books to laws: racism and its multiple faces in education” is the result of reflections carried out along the academic and teaching trajectory of the authors involved about the relationship between education and racism in different social spaces. With regard to this brief text, we seek to bring up some discussions regarding the racism imposed throughout Brazil’s historical dynamics, focusing on what has been generated in the institutional field. The methodology used is due to bibliographic and documentary research with legislative analyzes. Taking as a premise the

bibliographic review, we sought to analyze the historical evolution of the black population in Brazil, as well as to reflect on structuring racism and affirmative actions as one of the means to give equal conditions in a discriminatory and excluding society. Thus, the intention, in addition to contributing with new perspectives on the theme, is to allow a broad analysis and observe the impacts generated by the different laws regarding racism in the country.

KEYWORDS: Racism. Story. Education.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma população miscigenada, e desde sua formação étnico racial presenciou o contato de diferentes povos e culturas. Assim, indígenas, portugueses e africanos passaram a conviver juntos em meio ao modelo de civilidade imposto pelos próprios europeus. Com base em um olhar estereotipado à portuguesa, inúmeros relatos de navegantes que desbravaram a região hoje denominada Brasil, ressaltavam a falta de civilidade e o quão atrasado aqueles seres estavam (CORRÊA, 1997)

A partir desse olhar, não apenas os índios, mas os negros vindos de diversas partes do continente africano, trazidos nos tão conhecidos navios negreiros como animais amontoados passaram a receber olhares pejorativos (CABECINHAS & CUNHA, 2003).

Ao longo de todo processo de chegada à “libertação”, os negros no Brasil tiveram seus direitos cerceados, e suas falas eram sentidas em trabalhos desunamos e o tratamento inóspito por parte dos portugueses que comandavam o país. Dessa forma, ainda que tenham surgido leis específicas que na teoria amenizariam a situação vivida pelos negros escravizados, a exemplo das Leis do Ventre livre (1871) dos Sexagenário (1885), e até mesmo da Lei Áurea (1888), não foi possível observar qualquer equidade no tratamento.

A Lei dos Sexagenários, por exemplo, não apresentava qualquer possibilidade de libertação dos escravos que conseguiam chegar aos 60 anos, uma vez que poucos atingiam a idade estabelecida. Haja vista que estamos falando de uma expectativa de vida baixíssima do período, e ao analisarmos o desprendimento de força humana ao longo dos anos, os que chegavam a ser sexagenários apresentavam uma série de problemas devido á todos os tipos de traumas que vivenciaram, desde físicos á psicológicos (MENDONÇA, 1999).

Com o passar do tempo, mudanças de governo e formas de governar, os negros continuaram à mercê de direitos, o que não apenas dificultava sua inserção no mercado de trabalho, mas não permitiu o acesso à educação e à sobrevivência em grandes centros (FREITAS, 2012). Por conseguinte,

O Estado brasileiro do Império a República continuou articulando mecanismo de exclusão do negro na sociedade, a situação desses no Brasil era de invisibilidades nos direitos legais, uma vez que a própria Constituição Brasileira de 1884 não falou sobre os escravos, como se esses não fosse digno de direito, de certo modo a lei também era excludente, uma vez que nega o direito a educação e exige ser alfabetizado para exercer os direitos

políticos. Isso significa que o poder sócio-político e econômico permaneceu centrado nas mãos das elites brancas por quase toda a história do Brasil (FREITAS, 2012, p. 117).

A partir de uma política excludente, os negros que no início da república estavam recém “libertos”, passaram a sobreviver às margens dos grandes centros urbanos, na periferia destes, além de, pela falta de alfabetização, passaram a trabalhar em funções mal remuneradas e na informalidade (CAMPOS, 2005). Ou seja, estavam libertos de um senhor, mas presos por uma sociedade misógina e racista. Para tanto, ao longo dos anos, com muita luta muitos negros puderam ter acesso a direitos e possibilidades, ainda que limitadas. Contudo, as representações brancas ainda recaíam/ recaem sobre os negros, basta lembrarmos dos famosos “boi-da-cara-preta” que pegava crianças que tinham medo de careta, do negro esperto e que era capaz de enganar a todos, o Saci Pererê e num contexto ainda mais atual a imagem aterrorizante dos zumbis, que na memória histórica brasileira nos remete ao famoso Zumbi dos Palmares (HENRIQUE, 2007).

Diante desse quadro, a população negra sempre esteve e esta restrita ao acesso em diversos setores sociais e instituições, seja no mercado de trabalho, nas universidades, nos cargos de direção, nos serviços públicos, pois estamos diante de estrutura social de exclusão, permeada pelo racismo.

2 | RACISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE EDUCAÇÃO BÁSICA

O esquema histórico racial no Brasil, pautado na visão do outro, ou seja o olhar que o branco constrói do negro, estereotipada e estigmatizada é tecido a partir de um amplo repertório, tais como anedotas, provérbios, meios de comunicação, dentre outros. Contudo, tais representações têm na escola e no seu currículo uns dos principais e mais poderosos veículos disseminadores da ideologia racista (SILVA, 2004).

Segundo Freitas (2012), os projetos de educação formal e institucionalizada inicialmente foram direcionadas para os grupos dominantes, que visavam formar a elite pensante do país. Os grupos que viviam à margem social e econômicas foram negligenciados. Quanto à participação da população negra no âmbito educacional, foi marcado pela exclusão, uma vez que “os projetos de exclusão e inferiorização do negro na educação brasileira foram construídos e repassados como uma política de Estado em que a ordem institucional dependia disso” (Freitas, 2012, p. 3). Dentro desse contexto, a educação se constituiu um aparato de desigualdade social, responsável por perpetuar a condição de subalternidade da população negra brasileira.

No âmbito do currículo, este teve uma longa trajetória de silenciamento, discriminação e propagação de estereótipo em relação ao negro. A ausência dessas temáticas no currículo escolar, na concepção de Silva, provoca nos estudantes negros auto rejeição e rejeição do

outro assemelhado étnico. Desse modo, os bancos escolares brasileiros atravessados por valores ideológicos eurocêntricos e por tentativas de apagamento das identidades afro-brasileiras reforçaram o racismo, as desigualdades e a propagação de estereótipos da população negra.

Na história recente do Brasil, tem-se notado uma mobilização no cenário brasileiro em torno de ações afirmativas em prol dos afro-brasileiros. Tais ações reparatórias tem por objetivo pressionar o Estado e a sociedade brasileira, para que estes atuem no sentido de promover ressarcimentos dos danos gerados pela escravidão, que se reverberam dentre outros, nos âmbitos da vida material, afetiva, social, educacional, política dos descendentes de africanos.

As mobilizações são resultado da luta dos movimentos indenitários, se constituído uma luta histórica, principalmente do Movimento Negro do Brasil que, há décadas, lutava pela valorização das origens étnicas do povo negro brasileiro e pela superação das desigualdades historicamente perpetradas. A III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que ocorreu em Durban, na África do Sul, em 2001, teve um papel fundamental no processo de consolidação das ações afirmativas, uma vez que houve o reconhecimento oficial da legitimidade de reparação para com a escravidão (MUNANGA, p. 2015, 23).

Tais ações afirmativas tiveram ressonância no contexto educacional, com a implementação da Lei 10.639/2003. Esta lei se constitui um importante instrumento na educação anti-racista ao estabelecer o ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira nos currículos escolares da educação básica, sendo resultado de uma luta histórica e segundo Lima (2008), é uma conquista para a sociedade brasileira, e um importante passo para a construção de uma sociedade mais harmônica no que tange às relações raciais.

A alteração da Lei 9.394/1996, com a inclusão do artigo 26A, tem um papel importante na construção de uma educação voltada para o combate ao racismo, pois não trata de uma mera justaposição de conteúdos aos existentes na grade curricular das escolas, mas promove a criação de um espaço para que se repensem relações étnicos-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (MEC, 2004). Trata-se de um importante instrumento para desestruturar as bases sobre as quais a sociedade brasileira esteve por muito tempo assentada, no mito da democracia racial (MAGGIE, 2006).

O mito da democracia racial atuou como um entrave para o debate nacional sobre a implementação de uma legislação que garantissem os direitos humanos dos não brancos, nem ainda de políticas afirmativas, uma vez que:

Os responsáveis do país pareciam viver com a consciência tranquila, de acordo com o ideal do mito de democracia racial que apresenta o Brasil como um paraíso racial, isto é, um país sem preconceito e discriminação raciais. Em

função desse ideal, o Brasil conviveu muito tempo sem leis protecionistas dos direitos humanos dos não brancos, justamente porque não eram necessárias, tendo em vista a ausência dos preconceitos e da discriminação racial, pensavam (MUNANGA, 2004. p. 23).

Portanto, a Lei n.10.639/03 coloca em evidência a importância de uma educação multicultural, que valorize a diversidade e a formação da história, cidadania e cultura de outras matrizes que compõem o povo brasileiro. Pois, como afirma Munanga (2004), a diversidade cultural brasileira foi silenciada em detrimento de um monoculturalismo, legitimado pela ideologia do sincretismo cultural ou mestiçagem, que visa disfarçar o preterimento dos demais povos que compõem a colcha de retalhos cultural do Brasil, em relação à valorização de uma única história e cultura, a europeia.

Em resumo, a superação do racismo perpassa por uma educação que enfatiza a coexistência e a convivência igualitária de diferentes raças e identidades particulares. Assim, uma educação anti-racista contribui para o reconhecimento e a ampliação dos debates que giram em torno da diversidade étnico-raciais, cultural e social da sociedade brasileira, além de contribuir para que vozes, memórias e histórias por muito tempo silenciadas possam ser ouvidas (MUNANGA, 2004).

3 | AÇÕES AFIRMATIVAS COMO POLÍTICA DE INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

As ações públicas inclusivas relacionadas às questões étnico-raciais são conquistas de vários segmentos envolvidos no Movimento Negro no Brasil, estes grupos mobilizadores do combate à discriminação racial destacam as desigualdades sociais/raciais e ajudam a pressionar o poder público a refletir, bem como a produzir políticas públicas voltadas à questão. De acordo com Theodoro e Jaccoud (2005) é preciso assinalar a existência de uma malha complexa de situações que alocaram o negro nesta posição de sujeito da exclusão, do estigma e do preconceito. Desta forma, a exclusão social negra prescinde de um olhar multifacetado capaz de mobilizar a implantação de medidas de diversas ordens geradoras de efetiva mudança dessa realidade. Nas palavras dos autores:

Os mecanismos sociais que provocam a exclusão social do negro no Brasil são complexos e poderosos, seja na educação, seja em outras esferas da vida social. Combatê-los exige, de um lado, a mobilização de setores importantes da sociedade. De outro, requer a mobilização do Estado através de uma estratégia que pressuponha a organização não apenas de uma, mas de um conjunto de diferentes políticas públicas. (THEODORO E JACCOUD, 2005, p. 118)

O século XXI vem sendo marcado por um desejo de resgate de valores e costumes da população negra no Brasil. Existem vários grupos do Movimento Negro que lutam por mais direitos e igualdade. Para que ocorra a inserção social da população negra faz-se

necessário resgatar a sua imagem e cultura por meio de um movimento de valorização, contar o outro lado da História não mais a partir de um lócus eurocentrado, a fim de desconstruir o estigma de inferioridade e servidão que lhes foi relegado. Uma vez que, ainda hoje, é possível ver perdurar e circular a ideia de se tratar de uma fatia social submissa e sem direitos.

Essa hierarquização do poder dos grupos sociais elitizados, como os brancos, em detrimento ao grupo negro concentrado na mais baixa escala social (IBGE, 2015) traz sérias consequências concernentes às desigualdades sociais, colaborando para o reforço e reverberação do racismo. Diante deste cenário, emerge o questionamento: o que será preciso fazer para que ocorra a integração racial?

Apesar da resistência de alguns grupos que derivam de uma herança escravocrata, eurocêntrica e colonizadora de inferiorização do processo de formação da identidade étnica brasileira, é necessário que se apliquem ações afirmativas que visem promover a igualdade racial, ações oportunizadoras da inserção do negro nos diversos setores da sociedade.

As ações afirmativas existentes possuem o condão de amenizar as desigualdades raciais e sociais, cujo tratamento diferenciado a um grupo específico de pessoas visa corrigir a ausência de oportunidades e a marginalização, ambas situações criadas e mantidas no contexto de uma estrutura social que exclui e discrimina.

Conforme Gomes (2005, p. 49):

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) legitima a criação de ações afirmativas em seu artigo 3º:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil [...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Por meio das políticas públicas o Estado assume um caráter ativo, no sentido de promover a redução das disparidades presentes na sociedade. Ele atua na condição de guardião dos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito, em salvaguarda aos direitos e garantias fundamentais, com vistas à pacificação social, necessária em face da presença de grupos que se encontram restritos da participação no setor produtivo, tampouco dos benefícios dele decorrentes.

A Constituição Federal de 1988 – ano em que se comemoravam os cem anos de

abolição da escravatura - contribuiu sobremaneira para o fortalecimento desse movimento, tendo em vista que, em seu artigo 5º, parágrafo XLII, a Carta prevê que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Poucos anos decorridos dessa conquista, porém, os militantes dessa mobilização negra constataram que a luta por direitos necessitava transpor os limites do combate aos “crimes de racismo”, conforme comenta Guimarães (2003, p.248). Vejam-se essas considerações do autor:

Essa demanda representou uma importante guinada na pauta de reivindicação dos negros brasileiros, dando início a uma era de luta contra as desigualdades sociais do país, vistas agora como “raciais”, independentemente do combate à discriminação e ao preconceito. Junto com o *Movimento dos Sem Terra*, ainda que de modo menos dramático, menos conflituoso, e de escopo social menor, quase que restrito às “novas classes médias negras”, o movimento dos negros brasileiros contra as desigualdades raciais é sem dúvida uma importante forma de mobilização social no Brasil de hoje. Mobilização essa que se torna mais importante à medida que os conflitos urbanos de classe (como os protagonizados pelos sindicatos operários), tenderam a se eclipsar na esteira das reformas “neoliberais” e do realinhamento internacional da economia brasileira.

Rapidamente, vieram às respostas a essas demandas, da parte do sistema político brasileiro – governo e políticos -, mesmo que a sociedade civil manifestasse fortes resistências a elas. É nesse contexto, e em meio a reações díspares, que emergem as ações afirmativas como a que contempla o sistema de educação superior - o setor mais visado pelas demandas dos militantes dos movimentos sociais no Brasil (PIRES, 2014, p. 102).

O sistema de cotas talvez seja, das ações afirmativas, a mais conhecida e que mais debates tem suscitado. Esse sistema combina critérios socioeconômicos com critérios raciais ou étnicos, pois a Lei nº 12.711, sancionada a 29 de agosto de 2012, reserva 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, na proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição.

Dois anos após essa conquista, em 10 de junho de 2014 entrou em vigor a Lei nº 12.990, que destina uma porcentagem de 20% das vagas de concursos públicos para todos quantos se declararem negros e pardos; o documento traz consigo um modelo de implantação que busca diminuir desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre raças.

Entre tantas reações díspares, Rozas (2009, p. 71) manifesta:

Assim, o estabelecimento de cotas nas universidades públicas constitui importante mecanismo de reparação histórica da desigualdade entre brancos e negros, pois, diante dessas origens pretéritas da desigualdade racial, são necessários mecanismos de justiça corretiva para reverter este quadro de exploração e marginalização dos negros.

Alguns resultados positivos já foram apontados, conforme matéria do divulgada no Portal Brasil (2015). Do ano de 2013 até o fim de 2015, diz o articulista, a política afirmativa de cotas teria garantido vaga a aproximadamente 150 (cento e cinquenta) mil estudantes negros.

A matéria ressalta uma evidência de que a medida legal que instituiu cotas sociais e raciais nas universidades públicas federais já alterou a realidade dessas instituições de ensino, tendo em vista que o número de jovens negros que ingressaram no ensino superior havia crescido, em 2013, para 50.937 (cinquenta mil novecentos e trinta e sete) e, em 2014, para 60.731 (sessenta mil setecentos e trinta e um). No ano de 2015 a lei de cotas havia sido adotada em 128 (cento e vinte e oito) instituições (PORTAL BRASIL, 2015).

Assim as ações afirmativas têm por objetivo garantir o acesso igualitário de oportunidades e visem contrabalançar as perdas provocadas pela discriminação por motivos raciais, éticos, religiosos, entre outros. No entanto é imprescindível que essas políticas afirmativas não ficam apenas definidas no texto legal é necessário que ocorra realmente sua efetivação para que aconteça a inclusão racial.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma síntese do que foi exposto, verifica-se que a herança na estigmatização da população negra no Brasil, em virtude dos três séculos de escravidão, causou um grande distanciamento e diferenças sociais entre os grupos negros e brancos. Essa diferenciação não fica restrita apenas a cor de pele e suas características fenotípicas, uma vez que a diferença social também é significativa, dividindo e marcando o negro como pobre, marginalizado e inferior, levando a uma estrutura social racista que se reproduz constante nas instituições.

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 significou uma reorganização do Estado e das políticas públicas sociais, trazendo um impacto importante na redução das desigualdades entre brancos e negros. No entanto, ainda estamos longe de ver concretizadas uma igualdade social entre esses grupos.

Sabe-se que as relações sociais foram pautadas pelo racismo, e segundo Munanga (2004), foi silenciado a história cultural da população negra em razão da valorização da cultura européia. Diante dessa situação a discriminação contra a população negra nas instituições de ensino é reproduzida constantemente. Com a instituição da Lei n. 10.639/2013, e alteração da Lei n 9.394/1996 poderemos vislumbrar uma mudança de olhar nas práticas de ensino.

Assim, os espaços escolares e a criação de ações afirmativas nas universidades, no mercado de trabalho, e as práticas educacionais devem ser os meios para uma transformação social corroborando com a abertura de novos horizontes, ou seja, emancipar o sujeito para que o visualize um novo mundo possibilitando disseminar o sentimento de tolerância, o respeito aos direitos sociais, desempenhando um papel para preparar os indivíduos para vivenciar a diversidade humana.

Desta maneira, a inserção de negros nos diversos setores sociais, bem como ocupando espaços hierarquicamente superiores na estrutura social vem a colaborar com a valorização da população negra para que ocorra uma justiça social e minimização desta diferença.

REFERÊNCIAS

Legislação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.

BRASIL. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002b.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em h BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20/06/2018.

BRASIL. **Lei nº 12.990**, de 9 de junho de 2014. Reserva 20% das vagas oferecidas em concursos públicos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 109, p. 2 e 3, 10 de jun. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.771** de 29 de Agosto de 2010. Lei de Cotas para Discentes. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L12288.htm>>. Acesso em: 20 de Junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**. Altera a **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10.639.htm>>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação – MEC** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>>, acesso em: 15 de jun. de 2018.

BRASIL. Portal Brasil, Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/11/cotas-elevam-presenca-de-negros-nas-universidades-federais>>. acesso em: 10 de maio 2018.

Artigo em periódico

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O acesso de negros às universidades públicas. Departamento de Pesquisa da USP. **Caderno de Pesquisa**, n. 118, março/2003.

GOMES, Joaquim Barbosa. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro.** Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas/ Organizador, SANTOS, Sales Augusto dos – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HENRIQUE, Carlos. Reconstrução: uma abordagem sócio-histórica sobre o racismo à brasileira. **Revista Urutúgua.** Nº 12 – Abr./Mai./Jun./Jul. 2007 – Quadrimestral – Maringá, Paraná.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Ensino de História da África no Brasil: caminhos e descaminhos contra o Racismo velado. In: **Revista Novas Ideias,** Recife, V.1, N.1, P. 053-074, Jan. Jun. 2008.

MAGGIE, Yvonne. **Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas.** *Educ. Soc.* [online]. 2006, vol.27, n.96, pp.739-751

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,** Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. p. 23.

THEODORO, Mario e JACCOUD, Luciana. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p 118.

Livro

CABECINHAS, Rosa; CUNHA, Luís. **Colonialismo, identidade nacional e representações do “negro”.** 2003.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “ Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro.** Bertrand Brasil, 2005.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.** Centro de Memória Unicamp, 1999.

SILVA, Ana Celia da. **A discriminação do negro no livro didático.** EDUFBA: Salvador, 2004. p.41.

Trabalho em anais

FREITAS, Madalena Dias Silva. Refletir sobre a história do negro no Brasil: uma resposta ao racismo. **II Congresso de Educação – UEG/UnU Iporá-** A formação de professores: uma proposta de pesquisa a partir da reflexão sobre a prática docente, 2012.

FREITAS, Williem Silva de. Educação Brasileira e o racismo contra os negros no sistema educacional: O que muda com a Lei 10.639/03 na escola? In: **Anais do IV Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade.** São Cristóvão, 2012. p. 3.

Teses/Dissertações

CORRÊA, MARGARIDA MARIA DA SILVA. **Da construção do olhar europeu sobre o novo mundo ao (re) descobrimento do reino tropical.** 1997. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. **Docentes negros na universidade pública brasileira: docência e pesquisa como resistência e luta.** 2014. 234 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2014.

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade**. 2009. 108f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, SÃO PAULO, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 14, 15, 18, 19, 20, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Aprendizagem 33, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 54, 60, 61, 64, 68, 70, 71, 79, 88, 89, 91, 97, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 116, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 141, 142, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 184, 186, 192, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 230, 237, 245, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 264, 265

Autismo 87, 89, 90, 97, 262

Auxílio 42, 88, 94, 147, 151, 153

C

Capacitação 47, 48, 55, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 121, 124

Concepção pedagógica 57

Construção 17, 22, 32, 37, 39, 43, 53, 54, 56, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 79, 85, 96, 103, 106, 114, 120, 131, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 146, 147, 151, 153, 155, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 171, 174, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 192, 195, 197, 198, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 212, 214, 217, 218, 221, 222, 223, 225, 226, 230, 236, 237, 240, 246, 252, 255, 256, 258, 259, 265

Criança 53, 54, 88, 89, 92, 98, 99, 100, 102, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 198, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 239

Curiosidade 160, 162, 164, 174

Currículo integrado 183, 184, 192, 193

D

Decolonización 1, 6

Democracia 10, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 33, 34, 66, 74, 79, 143, 163, 194, 240, 243, 258

Democratização do ensino 20, 21, 28, 30, 33

Direito à educação 14, 19, 34, 152

Dislexia 99, 100, 101, 102, 103, 104

E

Ead 244, 247, 250, 251

Educação 1, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 43, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 110, 117, 118,

119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 214, 215, 222, 223, 225, 226, 227, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 265, 266

Educação básica 58, 59, 70, 73, 78, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 100, 110, 117, 120, 121, 129, 130, 145, 149, 152, 159, 183, 184, 187, 189, 194, 196, 199, 203, 227, 238, 239, 240, 246, 255, 266

Educação emocional 144, 146, 147, 148, 149, 150

Educador 3, 38, 47, 74, 94, 118, 121, 123, 124, 127, 148, 161, 163, 171, 211, 223, 230, 261, 263, 266

Educando 35, 43, 54, 110, 118, 121, 122, 123, 132, 135, 140, 141, 161, 163, 177, 189, 193, 260, 261, 262, 263

Ensino 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 82, 83, 84, 85, 89, 91, 92, 96, 98, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 136, 138, 139, 142, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 166, 167, 171, 172, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 266

Ensino-aprendizagem 35, 36, 37, 42, 89, 108, 110, 116, 122, 129, 130, 131, 132, 147, 148, 158, 166, 167, 171, 184, 186, 192, 230, 251, 252, 253, 257

Escola pública 21, 22, 28, 30, 31, 34, 56, 58, 63, 74, 133, 178, 236, 265

Escolas militarizadas 235

Exame nacional do ensino médio - ENEM 105, 106

F

Formação docente 44, 98, 131, 200, 203, 253

G

Gestão democrática 25, 26, 30, 31, 33, 34, 65, 66, 67, 71, 235, 236, 237, 238, 240, 242, 258, 259, 263, 264, 265

Gestão escolar 30, 33, 34, 67, 69, 184, 235, 237, 241, 256

Grandezas físicas 151, 153, 154, 155, 158

Gubernamentalidad 1, 8, 11

H

História 45, 47, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 130, 131, 138, 139, 182, 199, 205, 206, 207, 208, 212, 219, 220, 223, 230, 232, 234, 244

I

Infância 100, 101, 119, 123, 127, 144, 146, 147, 148, 149, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 216, 217, 262

Intolerância religiosa 44, 45, 51

L

Lei 12.711/16 14, 17

Língua portuguesa 103, 105, 106, 108, 109, 110, 114, 115, 117, 199

Lúdico 123, 130, 144, 145, 147, 148, 150, 225, 226, 229, 230

M

Método de alfabetização 99, 101, 102

Metodologia ativa 35, 40, 42, 43

Música 54, 111, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 206, 207, 210, 211, 212

N

Nativos digitais 166, 167, 168, 171, 172

P

Pedagogia 1, 2, 44, 47, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 118, 129, 130, 132, 142, 149, 150, 164, 165, 174, 175, 188, 192, 198, 205, 210, 223, 235, 243

Perspectiva 7, 18, 32, 62, 88, 91, 94, 96, 97, 98, 116, 131, 143, 147, 148, 149, 154, 158, 163, 164, 186, 188, 200, 207, 227, 238, 241, 242, 255, 264

Poscolonialidad 1

Práticas 25, 27, 28, 36, 37, 38, 51, 52, 55, 72, 83, 84, 95, 96, 97, 106, 111, 118, 122, 125, 126, 131, 132, 133, 140, 142, 149, 152, 174, 176, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 195, 198, 207, 208, 210, 223, 226, 229, 231, 237, 244, 246, 257, 259, 260

Preconceito na escola 44

Processo de escolarização 99, 100, 178, 205

Professor 23, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 48, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 71, 73, 74, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 110, 111, 116, 118, 121, 122, 124, 125, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 150, 154, 157, 158, 162, 163, 167, 168, 169, 171, 188, 189, 203, 215, 216, 221, 230, 241, 266

Projeto político pedagógico 57, 58, 59, 64, 65, 69, 74, 107, 117, 201, 240, 255, 256, 257,

258, 259, 264, 265

Protagonismo 29, 35, 36, 68

Psicologia 142, 149, 150, 160, 161, 211, 217

R

Racismo 19, 45, 48, 52, 54, 55, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

S

Sala de aula 23, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 47, 48, 52, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 102, 106, 110, 118, 121, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 136, 138, 150, 152, 154, 158, 166, 167, 168, 169, 170, 188, 202, 203, 214, 221, 223, 230, 234, 240, 241, 255

Sinalário 151, 153, 154, 155, 158

Sistema educacional 21, 54, 85, 91, 119, 122, 255

Sistematização 17, 20, 64, 246, 255

Sociologia 18, 44, 45, 149, 160, 161, 162, 164, 175, 199, 211

Subjetividade 1, 3, 10

T

Tecnologia 26, 27, 29, 36, 38, 43, 82, 153, 166, 167, 171, 172, 187, 189, 190, 195, 208, 212, 251, 252

Tecnologias educacionais 21, 34

Tempo livre 173, 174, 179, 180

Trabalho 22, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 42, 43, 45, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 72, 77, 78, 84, 85, 88, 92, 96, 100, 106, 111, 114, 117, 118, 120, 122, 123, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 146, 149, 150, 154, 158, 161, 163, 175, 176, 177, 178, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 203, 204, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 222, 223, 224, 226, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

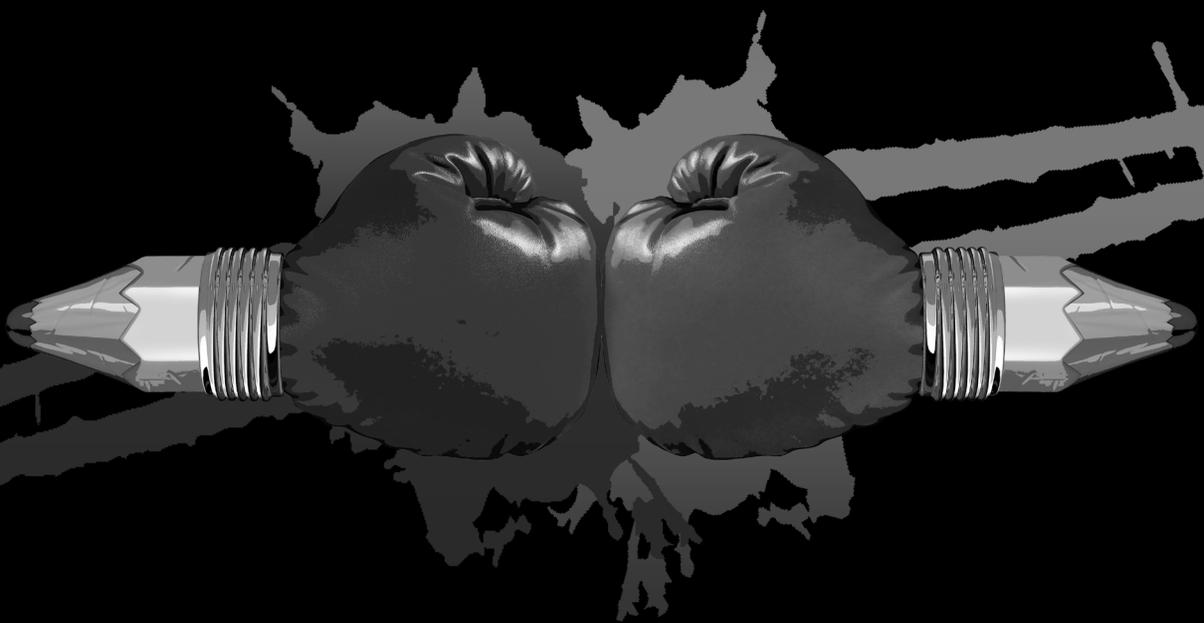
U

UAB 244, 246, 248

W

Wallon 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 141, 142, 143

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE



🌐 www.arenaeditora.com.br

✉ contato@arenaeditora.com.br

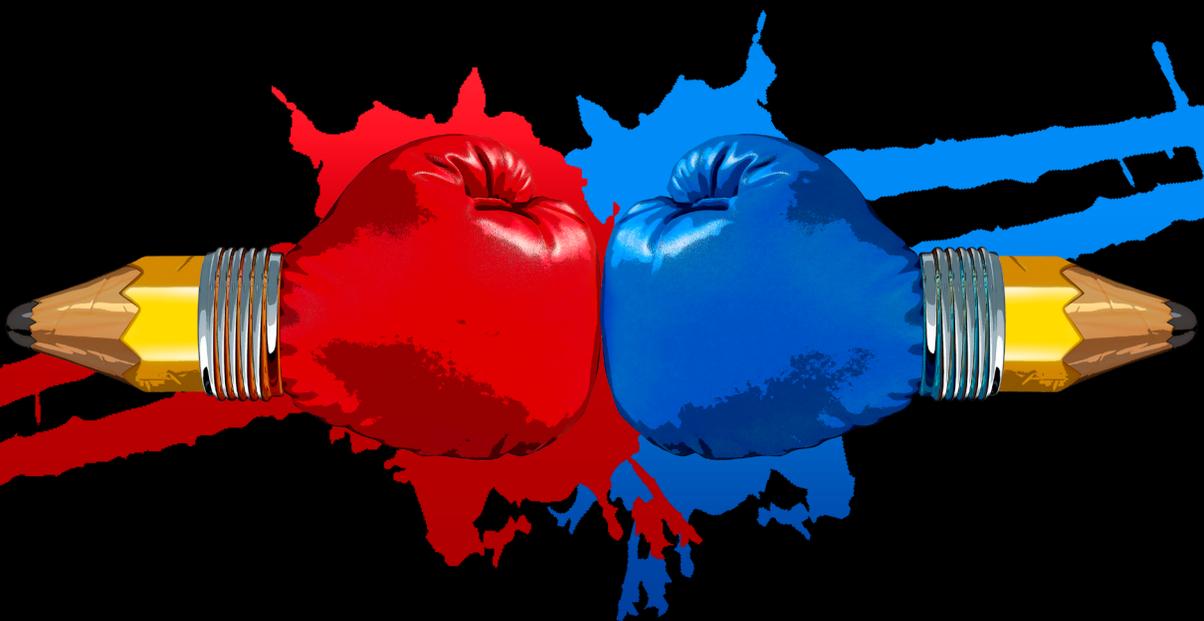
📷 @arenaeditora

📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021